



Educação & Sociedade

ISSN: 0101-7330

revista@cedes.unicamp.br

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Brasil

Vendramini, Célia Regina

Pesquisa e movimentos sociais

Educação & Sociedade, vol. 28, núm. 101, septiembre-diciembre, 2007, pp. 1395-1409

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313706007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS

CÉLIA REGINA VENDRAMINI*

RESUMO: O objetivo do texto é refletir sobre o caráter da pesquisa desenvolvida junto a movimentos sociais. Tomamos como referência estudos de Marx e de Thompson, a partir da compreensão das categorias como relações sociais, e de pesquisas junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Pretendemos abordar alguns elementos de natureza metodológica, que consideramos imprescindíveis para a análise de movimentos e organizações sociais, tais como: a dialética passado, presente e futuro, que busca romper com o *immediatismo* das situações e das análises teóricas; a articulação entre os enfoques mais amplos e os mais particulares do fenômeno social; a percepção das contradições e ambivalências das experiências históricas; as condições objetivas e subjetivas que determinam as ações dos movimentos sociais; e a leitura e interpretação das fontes.

Palavras-chave: Pesquisa. Movimentos sociais. MST. Categorias de análise.

RESEARCH AND SOCIAL MOVEMENTS

ABSTRACT: The aim of this text is to provide a reflection on the character of the research developed on social movements. We took Marx's and Thompson's studies as reference, starting from the understanding of associations as sources of social relationship, and a research on the Landless Workers' Rural Movement (MST). Our intention has been to approach some elements of methodological nature which we consider indispensable for the analysis of social movements and organizations, such as the dialectics of past, present and future, which tries to break with the immediatism of situations and theoretical analyses; the articulation between the widest and the most peculiar focuses of the social phenomenon; the perception of the contradictions and ambivalences of historical experiences; the

* Pós-doutora pela Universidade de Lisboa e professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cvendram@ced.ufsc.br

objective and subjective conditions that determine actions taken by people in social movements; and the reading and interpretation of sources.

Key words: Research. Social movements. MST. Analysis categories.

Introdução

A pesquisa em ciências humanas vem sendo marcada, historicamente, por grandes embates referentes à objetividade da ciência, à sua capacidade de apreender a dinâmica e o movimento social, de compreender os fatos sociais de forma totalizadora, de articular o presente com o processo histórico que o engendrou, bem como suas perspectivas futuras.

Thompson, no texto *Intervalo: a lógica histórica* (1981), opõe-se incisivamente ao ataque à história enquanto ciência, enquanto totalidade, ao ataque ao historicismo levado a cabo por uma crítica antimarxista, tendo como um dos interlocutores Karl Popper, e também por marxistas, como Althusser. De acordo com estes, a “verdadeira” história é incognoscível; não podemos conhecer a história, mas no máximo fatos isolados; não há história da humanidade, há apenas um número indefinido de histórias de todos os tipos de aspectos da vida humana (Thompson, 1981).

Numa crítica ao empirismo e ao estruturalismo, Thompson vai proceder a uma defesa da história como uma ciência em construção e de sua especificidade, contra a diluição, bem como a defesa do materialismo histórico, tendo em vista a sua capacidade de apreender o objeto humano real, em todas as suas manifestações (passadas e presentes).

Marx, na *Carta a Annenkov* (1982), faz uma crítica à forma de apreensão histórica de Proudhon, fundada numa noção de evolução histórica e na utilização de categorias independentes, autônomas, como a propriedade. Diz Marx que, no mundo real, a divisão do trabalho e todas as outras categorias de Proudhon são relações sociais, cujo conjunto forma o que atualmente se chama propriedade, com seu caráter histórico e transitório das formas de produção numa época determinada.

Com fundamento especialmente nestes dois autores, procuramos desenvolver algumas reflexões que possam direcionar a análise a respeito

dos movimentos sociais atuais, considerando o contexto histórico que os engendrou, suas contradições e sua capacidade de ação mais ampla e radical. Consideramos extremamente necessário retomar a análise marxista num momento histórico em que predomina uma fragmentação do conhecimento, num contexto favorável ao estruturalismo, denominado hoje de pós-estruturalismo, fundado nas noções de permanência, de universo imóvel, de tempo imutável, considerando que as ações dos indivíduos definem imediatamente o ser social.¹

Num tempo de abandono dos grandes espaços econômicos, de refluxo do social para o simbólico e o cultural, em que o cultural acaba sendo o lugar central dos conflitos (temos como exemplo o multiculturalismo), de ocultamento do universo social por detrás do mental, corre-se o risco de diluição do conhecimento e de perda da capacidade de síntese. De acordo com Dosse (1992, p. 168), “abandonam-se os tempos fortes e os movimentos voluntaristas de mudança, em direção à memória do quotidiano das pessoas simples”.

Categorias como relações sociais

Todo trabalho científico sério preocupa-se em definir quais são suas categorias de análise ou quais são os conceitos norteadores da pesquisa. O pesquisador gasta muitas horas (e cansa seus neurônios) à procura das categorias mais adequadas para sua pesquisa, que se constituam no eixo de análise. Como chegar às categorias? Haverá categorias de análise?

Marx (1982, p. 551) vai indicar que a categoria não é de análise, ela é a forma de produção da vida dos homens, o que significa dizer que as categorias são relações sociais:

(...) os homens, que produzem as relações sociais em conformidade com a sua produtividade material, produzem também as *idéias*, as *categorias*, isto é, as expressões abstratas ideais [*idéelles*] dessas mesmas relações sociais. Assim, as categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios.

Para Proudhon, é o contrário, são as categorias e não os homens que produzem a história. Sendo assim, são imortais e inalteráveis.

Outro aspecto fundamental levantado por Marx, na sua crítica à Proudhon, é a capacidade que têm as categorias (compreendidas como

abstrações das relações reais) de apreender a síntese, o movimento social. Proudhon utiliza categorias independentes, autônomas, sendo que, no mundo real, elas formam um conjunto, uma síntese. Partindo das categorias deste autor (divisão do trabalho, monopólio, concorrência, mercado), Marx (1982, p. 550) afirma: “Assim, mudando a base sobre a qual se fundam as relações econômicas actuais, destruindo o modo actual de produção, destrói-se não só a concorrência, o monopólio e o seu antagonismo, mas também a sua unidade, a sua síntese, o movimento que é a equilíbrio real da concorrência e do monopólio”.

Esta análise nos permite compreender, com mais amplitude e senso crítico, diversas análises e conceitos (ou anticonceitos) empregados atualmente que não permitem estabelecer a síntese histórica ou a apreender a totalidade dos fenômenos sociais apontada por Marx.²

No estudo da cooperação, da manufatura e da maquinaria e grande indústria, Marx (1985) considera as categorias como relações sociais históricas e transitórias, num movimento social que possibilitou materialmente o desenvolvimento destas formas sociais. Uma foi engendrada nas entranhas da outra, sem com isso expressar uma evolução histórica, muito pelo contrário, há ruptura; há, com a maquinaria, a criação de uma nova forma de produção da vida, livre das condições subjetivas, individuais e manuais até então presentes.

Thompson, em seus estudos (1981 e 1987), toma como referência a categoria experiência, como algo gerado na vida material e estruturada em termos de classe. Segundo ele, estudar a experiência humana significa estudar o processo que a engendra, com suas tradições passadas, levando-se em conta o contexto, a vida material, bem como suas perspectivas futuras, o *vir-a-ser*.

Tendo em vista sua experiência de vida, não centrada na academia, como professor de adultos em aulas para trabalhadores e sindicalistas, como militante do Partido Comunista inglês (até 1956) e ativista do Movimento Anti-Nuclear na Europa, Thompson é capaz de perceber a experiência fora dos gabinetes: “A experiência não espera discretamente fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio”. Continua Thompson (1981, p. 17): “O que Althusser negligencia é o diálogo entre o ser social e a consciência social. Obviamente,

esse diálogo se processa em ambas as direções. Se o ser social não é uma mesa inerte que não pode refutar um filósofo com suas pernas, tampouco a consciência social é um recipiente passivo de ‘reflexões’ daquela mesa. (...) assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido”.

Outra categoria bastante utilizada por Thompson é a classe social. Ele vê as classes como um processo em formação, é a luta que as forma. Retoma a idéia marxista da *classe como sujeito*, ampliando seu significado, enquanto relação. Segundo ele,

(...) nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores mas os vetores. (1981, p. 57)

Nesta direção, Thompson insiste na relação entre matéria e pensamento, entre conceito e evidência, tendo em vista que um implica o outro, sendo inerentes à produção do conhecimento científico. O autor percebe a necessidade de um tipo diferente de lógica, adequada aos fenômenos que estão sempre em movimento e que evidenciam contradições. Denomina esta de lógica histórica, um método lógico de investigação. Nesta direção, afirma:

Certas categorias e conceitos críticos empregados pelo materialismo histórico só podem ser compreendidos como *categorias históricas*, isto é, categorias ou conceitos próprios para a investigação de processo, ao escrutínio dos “fatos” que, no momento mesmo da interrogação, modificam sua forma (ou conservam sua forma, mas modificam seus “significados”), ou se dissolvem em outros fatos; conceitos adequados ao tratamento das evidências não passíveis de representação conceptual estática, mas apenas como manifestação ou como contradição. (1981, p. 56)

A apreensão do movimento social

Thompson, em *A formação da classe operária inglesa* (1987), busca compreender como nos anos entre 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses “vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e opositores” (p. 12). Analisa o formar-se da classe

como um processo, tendo em vista as condições objetivas, materiais, desencadeadas pela Revolução Industrial, e as condições subjetivas, advindas das tradições históricas dos trabalhadores, em diversas formas de organização coletiva. Ao enfocar diferentes fases do período histórico em análise, Thompson (op. cit., p. 55) observa que estes parecem mais registros de frustrações e fracassos, na medida em que “cada tradição parece se enfraquecer sem o complemento da outra”. Junta acontecimentos, tradições, experiências que, a princípio, parecem desconectadas, e encontram sentido nelas.

Esta forma de apreensão histórica sugere a necessidade de contextualização dos movimentos sociais atuais, de não tomá-los como experiências em si, desconectadas do conjunto social, de apreender seu sentido, tendo em vista as tradições passadas, de identificar suas origens sociais e históricas, para não incorrermos no duplo erro de subestimá-los ou supervalorizá-los.

Considerando as mudanças nas relações de trabalho, do ponto de vista do capital – segundo Castro (2004), mudam-se as estruturas tecnológicas e organizacionais da produção capitalista sob o comando de grandes grupos financeiros globalizados – e do ponto de vista do trabalho – precarizam-se as formas de contratação da força de trabalho, intensifica-se a sua utilização, individualizam-se e degradam-se as formas de remuneração e privatizam-se as condições de reprodução da força de trabalho (Castro, 2004, p. 86); considerando “novas” temáticas e “novos” conflitos trazidos pelos movimentos sociais; considerando a criação de outros espaços coletivos de organização das pessoas, observamos uma guinada nas formas teórico-metodológicas de apreensão dos movimentos sociais, que seguem a linha da chamada mudança de paradigmas. Algumas são cuidadosas no sentido de buscar captar o que está acontecendo socialmente e quais as mudanças que estão se processando. Outras, ao contrário, negam tudo o que é considerado “velho” (normalmente agregado ao marxismo) e propõem novas categorias de análise, em ruptura (mais ideológica do que teórica) com categorias historicamente construídas que ainda não perderam sua capacidade de análise.

Em nosso livro *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST* (Vendramini, 2000), questionamos a respeito dos chamados novos movimentos sociais, com base na questão: Os conflitos que envolvem os movimentos sociais atuais são

opostos aos conflitos de classe ou esses movimentos podem ser definidos como ação de classe?

Touraine (1989) substitui a classe pelo movimento social, já não sendo mais possível defini-la a partir de sua posição no sistema produtivo. Na sua teoria, não cabe a contradição, a oposição ou a negação de uma classe por outra. Os conflitos que estão na base dos movimentos sociais correspondem a relações de dominação.

Offe (1992, apud Vendramini, 2000) não nega a existência das classes sociais. O que ele conclui é que o esquema de conflito social e político dos “novos movimentos sociais” é oposto ao modelo de conflito de classe. Segundo ele, o trabalho (refere-se ao trabalho produtor de mercadorias) já não é mais fator de socialização. Considera outras experiências a socializar: movimentos sociais, família, negócios, escola, modo de vida, cotidiano (Offe, 1989).

Habermas pretende reconstituir o materialismo histórico, sustentando a tese de que Marx se equivocara ao atribuir uma primazia à produção material, na sua definição da humanidade como espécie e na sua evolução como história (Anderson, 1985, apud Frigotto, 1999). Defende desta forma a centralidade da comunicação (linguagem) sobre o trabalho. Frigotto indica que, tanto na avaliação de Anderson (1985) como na de Oliveira (1993), Habermas abre mão da questão da centralidade do trabalho porque, em sua perspectiva, necessita abrir mão da categoria de classe social e de conflito.

Nesta perspectiva, o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não são tratados como o princípio básico de organização das estruturas sociais, o que significa retirar o conflito do campo da produção e da propriedade, das relações sociais de produção.

Ainda que o trabalho nos dias de hoje esteja sendo reinventado - Castro (2004, p. 87) fala da incorporação à órbita do capital de uma gama de “prestadores de serviços”, desde produtores de ciência e cultura até produtores de “bens socialmente proscritos: *lobistas* ou traficantes de influências e votos, mercadores de armas, narcotraficantes, entre outros” -, que as relações de trabalho sofram inúmeras mudanças, a contradição capital x trabalho não está de modo algum superada, tendo em vista que vivemos numa sociedade orientada pelas leis do capital, que se alimenta da produção de mais-valia, com base na exploração do trabalhador. Nesse sentido, a oposição de classe também não

está superada, os trabalhadores continuam vendendo (ou tentando vender) sua força de trabalho aos donos dos meios de produção. Entretanto, estas relações estão cada vez mais obscurecidas. Afirma Antunes (2003, p. 101) que,

(...) ao contrário das formulações que preconizam o fim das lutas sociais entre as classes, é possível reconhecer a persistência dos antagonismos entre o *capital social total* e a *totalidade do trabalho*, ainda que particularizados pelos inúmeros elementos que caracterizam a região, país, economia, sociedade, cultura, gênero, sua inserção na estrutura produtiva global etc.

Mészáros (2002, p. 95), ao analisar a ordem da reprodução socio-metabólica do capital, afirma que, hoje, “enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*”. Nessa direção, “a transferência da lealdade dos socialistas desiludidos da classe trabalhadora para os chamados ‘novos movimentos sociais’ (hoje valorizados *em oposição* ao trabalho e desprezando todo o seu potencial emancipador) deve ser considerada prematura e ingênua” (p. 95). O autor insiste no enfoque que atribui o potencial emancipador socialista do trabalho, tendo em vista que este é capaz de proporcionar o quadro de referências estratégico e abrangente no qual “os movimentos emancipadores de ‘questão única’ podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade” (p. 96).

Diante do movimento social indicado, que expressa profundas transformações na forma das pessoas se reproduzirem e se organizarem, questionamos a respeito de um movimento social atual, que se constituiu como um movimento de massas, com grande capacidade política de organização de sua base. Estamos falando do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o qual emergiu em um momento de grandes contradições sociais. Surge quando as oposições sindicais rurais afloram e cresce a revolta popular urbana, quando a Igreja Católica, por meio da Teologia da Libertação, assume sua preferência pelos pobres, pelos sem-terra, sem-teto... Mas, nesse processo histórico, o MST vai construindo-se em meio a muitas mudanças: a direitização da Igreja Católica, o refluxo dos sindicatos, a mudança nos discursos dos partidos políticos de esquerda (numa linha mais social-democrata), a falta de uma crítica global à sociedade capitalista, o abandono dos grandes

espaços econômicos e sociais, o refluxo do social para o simbólico, a fragmentação do conhecimento por parte dos intelectuais.

O MST, por ser um movimento cujas novidades residem na estruturação nacional, na permanente mobilização, na presença de fortes líderes e de teorias que orientam a sua ação, na articulação internacional (Via Campesina), não pode ser considerado como um *novo movimento social*. Mas, ao mesmo tempo, ele incorpora temáticas atuais, como a questão ecológica, a questão de gênero e outras, sem, no entanto, deixar de fazer a crítica global ao modelo social e econômico.

Num momento de prolongamento do estado de insensibilidade das pessoas (Dejours, 1999), em que cresceu a capacidade de obstruir o conflito de classe, que aparece sob outras formas, como sintomas que se desviam das reais contradições de classe, aparecendo na forma de conflito de gênero, de raça, ambiental, os sem-terra vivenciam experiências concretas dentro de um movimento social organizado que reflete nos seus princípios e ações as contradições de instaurar o novo em velhas formas.

Como um movimento social situado historicamente, o MST está necessariamente preso às atuais relações sociais, pois é nesse contexto que ele emerge. Contudo, o atual estágio das forças produtivas possibilita que superemos o estado de coisas e construamos uma sociedade sobre outras bases, que não se assente na desigualdade social. Nesse sentido, o MST está provocando experiências de organização massiva e combativa dos trabalhadores, de articulação nacional e internacional entre movimentos e organizações sociais, está construindo práticas politizadoras e necessariamente educativas; propõe uma luta radical que se manifesta no questionamento fundamental da ordem existente, além da construção de grupos coletivos como tentativa de superação da forma de trabalho individual na agricultura.

O MST, nos seus 20 anos de existência, tem aparecido, comumente, como um movimento que derruba as cercas da sagrada e inviolável propriedade privada. Tal fato não deixa de ser verídico! Observamos, porém, que o MST derruba outras cercas. Primeiramente, com o passado, ao defender uma bandeira de luta considerada por muitos como ultrapassada, ao travar uma luta histórica, já empreendida pelas ligas camponesas e outros movimentos sociais no campo.

O MST também rompe cercas com um futuro já predestinado, em que não há espaço para mudança, em que não se acredita mais que é possível construir uma sociedade de homens livremente associados.

Nesse sentido, estamos preocupados não apenas em recuperar o passado histórico para compreender o presente, mas do que isso, o *vir-a-ser* conquista seu espaço no processo de formação social. Marx (1985, p. 90) percebe que “o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova”.

Para compreender o sentido histórico do MST, procuramos identificar as origens sociais dos trabalhadores rurais sem-terra³ que, a partir da década de 1980, vêm constituindo o MST no estado de Santa Catarina, por meio de ocupações de terras, acampamentos, marchas, mobilizações e assentamentos. Encontramos nos acampamentos e assentamentos sotaques italianos e alemães, traços indígenas e africanos, remanescentes do Movimento do Contestado, gente sem fronteira que busca a sobrevivência em algum pedaço de terra.⁴

A falta de condições para sobrevivência ou o desemprego, como denominamos hoje, explica o movimento migratório (nacional e internacional) dos sem-terra, na esperança de voltar a viver autonomamente, de ter um pedaço de terra, quando o movimento real indica que isso já não é mais possível.

Observamos que os trabalhadores vagueiam pelo mundo em busca de trabalho, a exemplo dos imigrantes italianos ou alemães. Há os que saem do Sul para abrir fronteiras no Norte e Centro-Oeste do país, e depois retornam. Os que saem do Rio Grande do Sul e do Paraná em direção ao oeste e planalto catarinenses. Os que migram para as cidades, constituindo força de trabalho excedente. Os que saem do Nordeste para vender redes no litoral do Sul e Sudeste do país ou para trabalhar na colheita da laranja, ou ainda no corte de cana-de-açúcar em São Paulo. Em Santa Catarina, os trabalhadores, além de migrarem para as cidades, vagueiam de um lugar para outro, em busca de trabalho, constituindo o trabalho sazonal. Na colheita da maçã, por exemplo, dirigem-se à serra catarinense.

Ao entrarem no MST, continuam a vaguear, talvez agora com um sentido diferenciado, mas ainda como expressão de uma oposição de classe. Passam por diversas ocupações, despejos e reocupações e realizam longas caminhadas de protesto em defesa do assentamento das famílias acampadas, de crédito, de escola.

Esse movimento constitui o MST, num processo de criação de uma identidade entre os sem-terra, por meio da luta, quando vão

percebendo elementos em comum nas suas origens sociais, na sua trajetória de vida e nas suas atuais condições de existência.

Avaliamos que a identidade de classe do sem-terra é construída politicamente na luta junto ao MST, que reúne na sua base trabalhadores expropriados das condições de produção de sua existência, sejam eles pequenos proprietários rurais, arrendatários, parceiros, assalariados, diaristas ou bóias-frias, com diferenças em relação às suas experiências de trabalho e de organização da vida social, bem como às suas origens. Ainda que suas trajetórias sejam determinantes no processo de organização nos acampamentos e nos assentamentos, os sem-terra constroem uma identidade entre si, na luta política. Algo os identifica, os une em torno da bandeira do Movimento, num primeiro momento, é a luta imediata pela vida, pelas condições materiais de existência, por meio da conquista da terra. Essa luta insere-se naquilo que Wright (1981) denomina de interesses imediatos de classe, ou conjunturais, segundo Gramsci (1978). O grande desafio é a constituição dos interesses fundamentais ou estruturais de classe, ou a vinculação dialética entre a luta econômica e a luta política. O MST, nos seus princípios e orientações políticas, claramente aponta a necessidade de ir além da luta imediata pela terra, ao apostar na capacidade de organização coletiva nos acampamentos e assentamentos. Depende, portanto, das condições e possibilidades históricas e da condução política do Movimento a criação de uma verdadeira coletividade, no sentido imprimido por Marx e Engels (1989).

As capacidades organizacionais dos trabalhadores rurais podem ser reconhecidas em todo o processo histórico de resistência dos trabalhadores à expropriação: no Movimento do Contestado, em Santa Catarina, nos quilombos, nas experiências de autogestão e de cooperativas dos italianos que se instalaram em Santa Catarina no final do século XIX, nas Ligas Camponesas, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na Comissão Pastoral da Terra, no Movimento dos Sem-Terra, no Movimento das Mulheres Camponesas, entre outros. Estas lutas podem ter pouco impacto, economicamente falando, ou resultados limitados a nível imediato, mas têm uma grande importância política. À medida que os problemas dos “sem terra”, dos “sem trabalho”, dos “sem rendimento” estão cada vez mais politizados, as vítimas têm que (re)agir politicamente. Seus problemas passam cada vez mais pela política nacional e mundial.

Indicações para pesquisa

Destacamos das reflexões acima apontadas, no que diz respeito ao estudo dos movimentos sociais organizados, com destaque para o Movimento dos Sem-Terra, alguns aspectos para análise.

Inicialmente, a necessária dialética entre passado, presente e futuro, no sentido de não cairmos no trabalho puramente descritivo e no isolamento dos fatos sociais. De acordo com Thompson (1981), os historiadores podem tomar a decisão de selecionar as evidências, ou as perguntas feitas às evidências, e escrever uma história de aspectos isolados do todo. Entretanto, “o objeto real continua unitário” (p. 50). Isso significa articular as singularidades ou as particularidades estudadas numa totalidade conceitual. Esta totalidade não é, segundo Thompson, uma “verdade teórica acabada”, nem um “modelo fictício”. É um “conhecimento em desenvolvimento, muito embora provisório e aproximado” (p. 61).

Ainda que selezionemos as perguntas feitas às evidências, e estas significam escolhas, nem todas serão adequadas. Cada investigador pode fazer novas perguntas à realidade, mas isso não significa que os acontecimentos se modifiquem a cada investigador. O conhecimento, acima de tudo, é conhecimento objetivo, revelado no diálogo entre pensamento e realidade, como indica Thompson. Além do que, “a explicação histórica não revela como a história *deveria* ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra” (p. 61).

Ao analisarmos as ações do MST, observamos que ele se move num emaranhado de relações contraditórias entre si. Ele se constitui num contexto em que predominam as velhas relações de produção, mas ao mesmo tempo defende e busca implementar novas formas de organização material da vida.⁵ Isso significa dizer que ele se move entre o velho e o novo, num movimento dinâmico, só possível de ser apreendido tendo em vista a percepção das contradições sociais.

Outro aspecto da análise diz respeito às condições objetivas e subjetivas que determinam as ações dos movimentos sociais. Eles emergem em determinados contextos sociais, os quais refletem um estágio das forças produtivas e das relações sociais de produção. Poderíamos dizer que o contexto atual é contra-revolucionário, temos possibilidades materiais de superar, por exemplo, o trabalho que aliena e explora. Entretanto, o

trabalho é reafirmado em formas cada vez mais perversas, carregado de ideologia que incute o amor pelo trabalho. Observamos assim que o movimento social é contraditório, é permeado por avanços e recuos, ditados não apenas pelas condições objetivas, materiais, mas também pelas condições subjetivas, pelas possibilidades históricas já construídas pelos trabalhadores, pelas suas tradições e, especialmente, pela luta de classes.

Finalizamos, refletindo sobre a complexidade dos estudos a respeito dos movimentos sociais, que não podem ser analisados como fato isolado, sem conexão com o passado e o futuro. A própria realidade nos diz a respeito do movimento e da dinâmica social e, especialmente, do espaço em disputa. Dessa forma, analisar um determinado movimento social significa compreender a oposição de classe, o confronto histórico entre trabalhadores e proprietários, que assume diferentes expressões e dimensões.

Recebido em janeiro de 2006 e aprovado em abril de 2007.

Notas

1. Sobre isso, ver a obra de François Dosse, *A história em migalhas: dos annales à nova história* (1992), em que o autor analisa as rupturas e continuidades entre a Nova História e o Movimento dos Annales. Segundo ele, o anseio pela reconstrução da totalidade no passado e a preservação da peculiaridade da história no interior das ciências sociais foram abandonados pelos adeptos da Nova História.
2. Exemplo disto são os conceitos de cultura e de exclusão. Cardoso (2003) problematiza o conceito moderno de cultura, que sempre foi um “pomo de discórdia”, indicando que há 164 acepções sobre o mesmo e que este tem sido vinculado a objetos dos mais variados tipos e dimensões, além de atribuir-se uma latitude explicativa excessiva ao conceito. Ribeiro (1999, p. 43) questiona a potência explicativa da categoria exclusão para a análise da realidade e indica alguns de seus limites, entre eles: “a categoria exclusão explica, até certo ponto, os processos de expulsão dos empregos, mas poderia dizer-se metaforicamente que é curta para abranger a contradição que expulsa o trabalhador do mercado da produção e o mantém preso ao mercado de bens de consumo”; “o uso da categoria pode implicar a aceitação da ordem que exclui, uma vez que a luta pela inclusão é também uma luta para manter a sociedade que produz a exclusão”. Além disso, segundo a autora, a categoria tem seu viés ideológico, “porque desloca a atenção da luta de classes, que se dá no coração da produção capitalista, para a luta por políticas sociais compensatórias (de inserção e/ou de inclusão)” (p. 46).
3. Esta pesquisa, intitulada “Assentamentos do MST e identidade coletiva”, foi desenvolvida pelas professoras Bernardete Wrublevski Aued e Célia Regina Vendramini, no interior do projeto *Agricultura familiar, reestruturação social e capacitação humana*, com apoio do CNPq/FUNCITEC, e foi concluída em 2003.

Pesquisa e movimentos sociais

4. O ponto de partida de nossa análise são as entrevistas realizadas com acampados e assentados dos municípios de Abelardo Luz, Campos Novos, Ponte Serrada, Fraiburgo e Brunópolis, em Santa Catarina. Utilizamos também dados colhidos pela aplicação de questionário junto a 95 sem-terra acampados e 206 assentados (total de 301). O questionário atinge 15 acampamentos (dos 16 existentes na época) e 60 assentamentos (dos 113 localizados em Santa Catarina).
5. Sobre isso, ver Vendramini (2002).

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2003.
- AUED, B. W.; VENDRAMINI, C.R. *Assentamentos do MST e identidade coletiva*. Florianópolis: UFSC, 2003. (Relatório de pesquisa CNPq/ FUNCITEC)
- CARDOSO, C.F. *O conceito de cultura: um pomo de discórdia*. 2003. (Texto fotocopiado).
- CASTRO, R.P. Escola e mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 79-92, jan/jun. 2004.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Trad. de Luiz A. Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. Trad. de Dulce A.S. Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1992.
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 25-54.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, K. Cartas (Marx a Pavel V. Annenkov). In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscovo: Progresso; Lisboa: Avantel, 1982. t. 1., p. 544-555.

MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 2.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.

OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OFFE, C. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Trad. de Juan Gutiérrez. Madrid: Sistema, 1992.

RIBEIRO, M. Exclusão: problematização do conceito. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 35-49, jan./jun. 1999.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-62.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. 3 v.

TOURAINÉ, A. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Trad. de Iraci Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: UNICAMP, 1989.

VENDRAMINI, C.R. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

VENDRAMINI, C.R. Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana. In: VENDRAMINI, C.R. (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: UFSC; CED; NUP, 2002. p. 69-90.

WRIGHT, E.O. *Classe, crise e o estado*. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.